



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA-MG

Lei nº 157, de 31 de dezembro de 2002.

“Autoriza concessão de Subvenções, Auxílios Financeiros e Contribuições e dá outras providências”.

Faço saber que a Câmara Municipal de São José da Barra/ MG aprovou e eu João Alves Passos, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, auxílios financeiros e contribuições, com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais, conforme a seguinte designação:

Contribuição à AMEG	10.000,00
Contribuição à EMATER	20.000,00
Contribuição a Associação dos Produtores Rurais da Serrinha	10.000,00
Contribuição a Associação dos Produtores Rurais da Boa Vista	10.000,00
Contribuição a Associação dos Produtores Rurais de Bom Jesus dos Campos	10.000,00
Contribuição a Associação dos Produtores Rurais de Cachoeira da Lage	10.000,00
Incentivo a Indústria no Município	10.000,00
Incentivo ao Comércio no Município	10.000,00
Subvenção ao São José Esporte Clube	15.000,00
Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde	40.000,00
Contribuição ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário – CODEC	30.000,00
Subvenção a Associação de pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	5.000,00
Subvenção à Associação Nova Barrense de Comunicação e Radiodifusão	5.000,00
Subvenção à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos	50.000,00
TOTAL =====>	235.000,00

Art. 2º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições visará a prestação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA-MG

serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional, cultural e desportiva.

Art. 3º - Somente as instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a crédito da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Art. 4º - A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:

- I - atender direto ao público, de forma gratuita;
- II - não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III - apresentar declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2003 por autoridade local;
- IV - comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V - ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VI - apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;
- VII - existir recursos orçamentários e financeiros;
- VIII - celebrar o respectivo convênio.

Art. 5º - O valor do auxílio sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados postos a disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 6º - As subvenções econômicas destinar-se-ão às empresas públicas de natureza autárquica, paraestatais, afins, ou não exclusivamente.

Art. 7º - É vedada a concessão de ajuda financeira a qualquer título a empresas com fins lucrativos, salvo se tratar de subvenções econômicas cuja autorização seja expressa em Lei Especial e atender as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º - A destinação de recursos a título de "contribuição", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, parágrafo 2º e 6º, da Lei Nº 4.320/64, somente poderá ser efetivada mediante previsão na Lei Orçamentária.

Art. 9º - As transferências de recursos do Município, consignadas na Lei Orçamentária Anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio de assistência médica e hospitalar e auxílio de medicamentos à indigentes e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA-MG

Art. 11 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente através do envio de prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos constantes no Plano de Aplicação dos Recursos.

Parágrafo Único – O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2003, revogadas todas as disposições em contrário.

São José da Barra / MG, 31 de dezembro de 2002.


João Alves Passos
Prefeito Municipal